



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

Simulado Final

# TCE GO

Cargo: Auditor Estadual de  
Controle Externo - Pós-Edital

# Simulado

Simulado Final TCE-GO (Auditor Fiscal de Controle Externo)

Nome: \_\_\_\_\_

## INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Auditor Fiscal de Controle Externo do TCE-GO**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

## PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/LYV878ZCPVmPhqWq7>

- |            |            |            |            |             |
|------------|------------|------------|------------|-------------|
| 01 - ABCDE | 21 - ABCDE | 41 - ABCDE | 61 - ABCDE | 81 - ABCDE  |
| 02 - ABCDE | 22 - ABCDE | 42 - ABCDE | 62 - ABCDE | 82 - ABCDE  |
| 03 - ABCDE | 23 - ABCDE | 43 - ABCDE | 63 - ABCDE | 83 - ABCDE  |
| 04 - ABCDE | 24 - ABCDE | 44 - ABCDE | 64 - ABCDE | 84 - ABCDE  |
| 05 - ABCDE | 25 - ABCDE | 45 - ABCDE | 65 - ABCDE | 85 - ABCDE  |
| 06 - ABCDE | 26 - ABCDE | 46 - ABCDE | 66 - ABCDE | 86 - ABCDE  |
| 07 - ABCDE | 27 - ABCDE | 47 - ABCDE | 67 - ABCDE | 87 - ABCDE  |
| 08 - ABCDE | 28 - ABCDE | 48 - ABCDE | 68 - ABCDE | 88 - ABCDE  |
| 09 - ABCDE | 29 - ABCDE | 49 - ABCDE | 69 - ABCDE | 89 - ABCDE  |
| 10 - ABCDE | 30 - ABCDE | 50 - ABCDE | 70 - ABCDE | 90 - ABCDE  |
| 11 - ABCDE | 31 - ABCDE | 51 - ABCDE | 71 - ABCDE | 91 - ABCDE  |
| 12 - ABCDE | 32 - ABCDE | 52 - ABCDE | 72 - ABCDE | 92 - ABCDE  |
| 13 - ABCDE | 33 - ABCDE | 53 - ABCDE | 73 - ABCDE | 93 - ABCDE  |
| 14 - ABCDE | 34 - ABCDE | 54 - ABCDE | 74 - ABCDE | 94 - ABCDE  |
| 15 - ABCDE | 35 - ABCDE | 55 - ABCDE | 75 - ABCDE | 95 - ABCDE  |
| 16 - ABCDE | 36 - ABCDE | 56 - ABCDE | 76 - ABCDE | 96 - ABCDE  |
| 17 - ABCDE | 37 - ABCDE | 57 - ABCDE | 77 - ABCDE | 97 - ABCDE  |
| 18 - ABCDE | 38 - ABCDE | 58 - ABCDE | 78 - ABCDE | 98 - ABCDE  |
| 19 - ABCDE | 39 - ABCDE | 59 - ABCDE | 79 - ABCDE | 99 - ABCDE  |
| 20 - ABCDE | 40 - ABCDE | 60 - ABCDE | 80 - ABCDE | 100 - ABCDE |

## SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

*Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!*

<http://estrategi.ac/gmqjls>

---



**LÍNGUA PORTUGUESA***Fabício Dutra*

**01.** Assinale a opção que apresenta desvio quanto à colocação pronomina.

- a) Tempo é aquilo que o homem está sempre tentando matar, mas que no fim o acaba matando.
- b) No fim, é sempre assim. Tudo que for bom, verdadeiro, tudo o que realmente nos fizer bem, permanece.
- c) Estar focado em resultados antigos e em cicatrizes, vingar-se e ficar por cima, sempre fazem de você menos do que você é.
- d) Aquilo que não me mata só me fortalece.
- e) Quanto mais elevamo-nos, menores parecemos aos olhos daqueles que não sabem voar.

**02.** Ninguém mais morre hoje de verdades mortais, há antídotos em demasia.

A respeito da frase acima, só não é correto inferir que:

- a) A sociedade contemporânea desenvolveu maneiras de proteger-se contra as verdades que, de outra forma, seriam dolorosas ou devastadoras.
- b) A quantidade excessiva de informação e desinformação disponível hoje age como um "antídoto", diluindo o impacto de qualquer verdade mortal específica.
- c) As pessoas tornaram-se menos resilientes e incapazes de lidar com verdades difíceis.
- d) No mundo atual, as verdades absolutas são frequentemente relativizadas ou desafiadas, fazendo com que as verdades que poderiam ser prejudiciais percam seu impacto.
- e) As pessoas utilizam várias estratégias emocionais e cognitivas como "antídotos" para evitar o sofrimento.

**03.** Ainda sobre a frase 'Ninguém mais morre hoje de verdades mortais, há antídotos em demasia', assinale a opção que apresenta a função correta do termo introduzido pela preposição 'de', destacada.

- a) complemento verbal indireto
- b) adjunto adverbial de causa
- c) agente da passiva
- d) complemento direto
- e) adjunto adverbial de modo

**04.** Assinale a opção em que a conjunção destacada não tenha valor aditivo.

- a) A vida é um constante aprendizado, e cada experiência nos molda de maneira única.
- b) O conhecimento amplia nossos horizontes, e a sabedoria nos guia em nossa jornada.
- c) A verdade pode ser difícil de aceitar, e a honestidade é uma virtude essencial para a integridade.
- d) Hoje você vive uma liberdade em que você critica um político, e será perseguido por isso.
- e) A beleza está nos olhos de quem vê, e a bondade reside no coração de quem ama.

**05.** Assinale a alternativa em que ocorra um desvio de concordância quanto à norma.

- a) Grande parte dos profissionais de saúde está empenhada em combater surtos epidêmicos.
- b) Uma parcela significativa da população ainda não tem acesso a saneamento básico adequado.
- c) Alguns dos hospitais públicos enfrentam escassez de equipamentos essenciais.
- d) Metade dos investimentos em saúde pública foi direcionado para programas de prevenção de doenças.
- e) Parte dos recursos destinados à saúde pública foram alocados para campanhas de vacinação.

**06.** Assinale a alternativa correta quando ao uso do pronome 'onde'.

- a) O hospital aonde ele trabalha está passando por uma reforma.
- b) Visitamos a clínica aonde foram realizados os exames.
- c) O bairro aonde você costuma caminhar tem um excelente posto de saúde.
- d) A conferência será realizada no auditório onde ocorreram os debates anteriores.
- e) Não encontrei o laboratório de onde você costuma ir fazer os seus exames.

**07.** Assinale a opção em que ocorre ambiguidade.

- a) A busca pelo conhecimento é uma jornada sem fim, e a sabedoria é seu horizonte.
- b) A verdade é um espelho quebrado que cada um tenta montar de forma diferente.
- c) O silêncio pode falar mais alto que as palavras, e a reflexão é seu eco.
- d) O tempo cura todas as feridas, e também as abre.
- e) felicidade é encontrada nos pequenos momentos, onde a simplicidade reside.

**08.** Assinale a frase em que não ocorra uma ironia.

- a) Que ótimo, mais uma reunião que poderia ter sido um e-mail!
- b) Adoro quando a internet cai bem no meio de um filme.
- c) É incrível como o trânsito sempre flui rápido quando estou atrasado.
- d) Claro, vou começar a dieta na segunda-feira.
- e) Ah, como é maravilhoso ser interrompido enquanto estou concentrado.

**09.** Assinale a opção em que o termo 'que' tenha sido empregado para dar um realce e possa ser retirado sem prejuízo para a correção.

- a) É importante que todos estejam cientes das novas diretrizes de saúde pública.
- b) O livro que você me recomendou é realmente fascinante.
- c) Ele afirmou que não poderia comparecer à reunião devido a um compromisso urgente.
- d) A cidade que visitamos no verão passado tinha praias deslumbrantes.
- e) Que seja feita a vontade do povo em nome da democracia.

**10.** Assinale a opção em que o termo sublinhado tenha sido substituído corretamente por um sinônimo.

- a) A democracia é o pilar que sustenta a liberdade e os direitos individuais em uma sociedade. /// epílogo
- b) Em uma democracia verdadeira, a voz de cada cidadão tem o poder de influenciar o futuro da nação. /// difundir
- c) A participação ativa nas eleições é fundamental para o fortalecimento da democracia. /// demasiada
- d) A transparência e a justiça são elementos essenciais para o funcionamento de uma democracia. /// liberdade
- e) A democracia floresce onde há respeito mútuo e compromisso com o bem comum. /// prospera

11. Assinale a opção em que o termo 'menos' pertença a uma classe gramatical diferente das demais.

- a) Precisamos gastar menos para equilibrar nosso orçamento mensal.
- b) Coma menos para manter uma dieta mais saudável.
- c) Ela está menos preocupada com o resultado do exame do que estava ontem.
- d) Compareceram menos pessoas ao evento do que esperávamos.
- e) Trabalhe menos para conseguir acompanhar as coisas mais importantes.

12. Assinale a opção em que o termo destacado pode ser substituído pelo que está apresentado ao final da frase com manutenção do sentido.

- a) Esse jogo faz parte do rol dos jogos legendários // lendários.
- b) O submarino vai emergir à superfície depois de sair das profundezas do oceano. // imergir
- c) O presidente decidiu ratificar o acordo, mas ainda precisa retificar alguns detalhes. // retificar
- d) Ele é um cavaleiro habilidoso e um verdadeiro cavaleiro nas suas atitudes. // cavaleiro
- e) Ele decidiu praticar artes marciais aos catorze anos. // quatorze

13. Assinale a opção que completa corretamente as lacunas da frase:

"\_\_\_\_\_, Sr. Diretor, com \_\_\_\_\_ funcionários os cuidados que tem \_\_\_\_\_."

- a) Tem / teus / convosco mesmo;
- b) conceda / vossos / consigo mesmo;
- c) Tem / seus / consigo mesma;
- d) tenha / vossos / contigo mesmo;
- e) tenha / seus / consigo mesmo.

14. Assinale a única opção que apresenta um período por subordinação.

- a) Decidimos continuar com o passeio ao ar livre, embora estivesse chovendo muito
- b) Ele se esforçou bastante, mas não conseguiu alcançar o objetivo desejado.
- c) Estava ansiosa para a viagem, porém o voo foi cancelado de última hora.
- d) O projeto parecia simples, no entanto revelou-se bastante complicado.
- e) Gostaria de ir à festa, por isso vou.

15. O problema que levanta a violência é muito menos o da irracionalidade do que o de uma racionalidade repleta de "razões" para não se deter diante de limites estabelecidos pela própria razão humana. É a razão que, amplificando os conflitos, reduzindo as alternativas ao impasse e superdimensionando os defeitos dos outros, cria os cenários em que florescem as ideologias legitimadoras da violência. Em outras palavras, o problema da violência está intimamente ligado ao problema das relações sociais, em que a existência do outro aparece como ameaça real ou imaginária.

Assinale a opção em que o termo apresentado não possa substituir a expressão 'Em outras palavras', devido ao sentido.

- a) Ou seja
- b) Isto é
- c) Em resumo
- d) Por conseguinte
- e) De forma mais clara

**LÍNGUA INGLESA***Adolfo Sá***Internet addiction alters brain chemistry in young people, study finds**

Young people with internet addiction experience changes in their brain chemistry which could lead to more addictive behaviours, research suggests.

The [study](#), published in PLOS Mental Health, reviewed previous research using functional magnetic resonance imaging (fMRI) to examine how regions of the brain interact in people with internet addiction.

They found that the effects were evident throughout multiple neural networks in the brains of young people, and that there was increased activity in parts of the brain when participants were resting.

At the same time, there was an overall decrease in the functional connectivity in parts of the brain involved in active thinking, which is the executive control network of the brain responsible for memory and decision-making.

The research found that these changes resulted in addictive behaviours and tendencies in adolescents, as well as behavioural changes linked to mental health, development, intellectual ability and physical coordination.

The researchers reviewed 12 previous studies involving 237 10- to 19-year-olds with a formal diagnosis of internet addiction between 2013 and 2023.

Almost half of British teenagers [have said they feel addicted to social media](#), according to a survey this year.

Max Chang, the study's lead author and an MSc student at the UCL Great Ormond Street Institute of Child Health (GOS ICH), said: "Adolescence is a crucial developmental stage during which people go through significant changes in their biology, cognition and personalities.

"As a result, the brain is particularly vulnerable to internet addiction-related urges during this time, such as compulsive internet usage, cravings towards usage of the mouse or keyboard and consuming media.

"The findings from our study show that this can lead to potentially negative behavioural and developmental changes that could impact the lives of adolescents. For example, they may struggle to maintain relationships and

social activities, lie about online activity and experience irregular eating and disrupted sleep."

Chang added that he hoped the findings demonstrated "how internet addiction alters the connection between the brain networks in adolescence", which would then allow early signs of internet addiction to be treated effectively.

<https://www.theguardian.com/technology/article/2024/jun/04/internet-addiction-alters-brain-chemistry-in-young-people-study-finds>

**16.** What is the main finding of the study regarding internet addiction in young people?

- a) Internet addiction has no impact on brain chemistry.
- b) Internet addiction leads to improved cognitive abilities.
- c) Internet addiction triggers changes in brain chemistry, which can lead to increased addictive tendencies.
- d) Internet addiction only affects adults.
- e) Internet addiction enhances physical coordination.

**17.** According to the study, what happens to the functional connectivity in parts of the brain involved in active thinking?

- a) It remains unchanged.
- b) It increases significantly.
- c) It diminishes.
- d) It fluctuates randomly.
- e) It disappears completely.

**18.** What potential negative impacts of internet addiction on adolescents are NOT mentioned in the study?

- a) They cannot have friends.
- b) They feel uncomfortable to interact during parties.
- c) They do not tell the truth in social media.
- d) They have inconsistent meals.
- e) They show low self-esteem.

**19. Read the following excerpt.**

Young people with internet addiction experience changes in their brain chemistry **which** could lead to more addictive behaviours, research suggests.

The word WHICH refers to:

- a) Young people
- b) Internet addiction
- c) Experience
- d) Changes in their brain chemistry
- e) Chemistry

**20. READ THE FOLLOWING EXCERPT.**

The [study](#), published in PLOS Mental Health, reviewed previous research using functional magnetic resonance imaging (fMRI) **to** examine how regions of the brain interact in people with internet addiction.

The word TO infers:

- a) Purpose
- b) Reason
- c) Consequence
- d) Alternance
- e) Addition.

**21. According to the text, the effects indicated by the use of functional magnetic resonance imaging are:**

- a) Doubtful
- b) Unmistakable
- c) Vague
- d) Ambiguous
- e) Unclear

**22. Read the following paragraph.**

Young people with internet addiction experience changes in their brain chemistry which could lead to more addictive behaviours, research suggests.

The modal verb COULD infers:

- a) suggestion
- b) Ability
- c) Permission
- d) Possibility
- e) Obligation

**23. Read the sentence below.**

Young people may struggle to maintain relationships and social activities \_\_\_\_ they are addicted to the internet.

The word that fills the blank correctly is:

- a) Although
- b) Moreover
- c) Despite
- d) Because
- e) Therefore

**24. Read the following paragraph.**

“As a result, the brain is particularly vulnerable to internet addiction-related urges during this time, such as compulsive internet usage, cravings towards usage of the mouse or keyboard and consuming media.

The word CRAVINGS could be replaced, without changing its meaning, by:

- a) Urge
  - b) Aversion
  - c) Repulsion
  - d) Unwillingness
  - e) Reluctance
-



**25. Read the following sentence.**

For example, they may struggle to maintain relationships and social activities, lie about online activity and experience irregular eating and disrupted sleep.”

The modal verb may could be replaced by:

- a) Ought to
- b) Have to
- c) Must
- d) Should
- e) Can

**NORMAS ESPECÍFICAS DO ESTADO DE  
GOIÁS (LEI ESTADUAL Nº 16.168; E  
RESOLUÇÕES 19 E 22 DO TCE-GO)***Herbert Almeida*

**26.** Nos termos da Resolução Administrativa 19/2022, marque a opção correta sobre as unidades básicas do TCE GO:

- a) A Secretaria de Controle Externo tem por finalidade planejar e conduzir a estratégia das atividades administrativas do Tribunal, com vistas a manutenção regular do funcionamento da instituição.
- b) A Secretaria Geral tem por finalidade planejar e conduzir a estratégia das atividades processualísticas do TCE, com vistas à atuação célere e tempestiva do Tribunal.
- c) A Secretaria Administrativa tem por finalidade planejar e conduzir a estratégia das atividades técnicas de controle externo, prestando apoio e assessoramento às atividades jurisdicionais.
- d) Uma subdivisão da Secretaria Geral é o Serviço de Análise de Recursos, encarregado da análise técnica de recurso interposto contra deliberação proferida pelo Tribunal em processos da área de controle externo.
- e) A Secretaria Administrativa conta com o Serviço de Informações Estratégicas, que tem por finalidade gerir e operacionalizar as atividades especializadas de produção de conhecimentos.

**27.** Jorge é Conselheiro do TCE GO e recebeu um convite para exercer outra atividade remunerada. Interessado em complementar a sua renda, Jorge buscou informações na legislação do TCE e percebeu que poderá:

- a) dedicar-se à atividade político-partidária.
- b) exercer cargo técnico ou de direção em associação de classe, com ou sem remuneração.
- c) exercer um cargo de magistério, mesmo que não esteja em disponibilidade.
- d) exercer profissão liberal, emprego particular, comércio, ou participar de sociedade comercial, desde que não haja relação com o setor público.
- e) exercer advocacia ou representação perante o Tribunal de Contas, imediatamente após a sua aposentadoria.

**28.** Em relação à escolha do Corpo Diretivo, da Ouvidoria e da Escola de Contas do TCE, marque a opção correta.

- a) O Presidente, o Vice-Presidente, o Corregedor-Geral e o Ouvidor do TCE serão eleitos pelos conselheiros, para mandato de dois anos, vedada a reeleição.
- b) A eleição do Diretor da Escola Superior de Controle Externo – ESCOEX far-se-á após a eleição dos demais cargos diretivos.
- c) Os presidentes das Câmaras serão eleitos entre os seus pares, para mandato de dois anos, vedada a reeleição.
- d) Caberá ao Presidente do TCE designar o Conselheiro Ouvidor, para mandato de 2 (dois) anos, coincidente com o período de administração da Presidência.
- e) Caso ocorra a vacância do cargo de Presidente, a qualquer tempo, caberá ao Vice-Presidente assumir a presidência, completando o prazo do mandato.

29. Uma importante unidade administrativa do Estado de Goiás foi vítima de um ataque cibernético supostamente realizado com o uso de inteligência artificial. As investigações iniciais comprovaram que o ataque foi sem precedentes, inviabilizando todos os sistemas modernos de proteção e segurança de informação. Simultaneamente com o ataque cibernético, os backups com as informações sobre as contas da unidade foram roubados e destruídos por uma quadrilha até então desconhecida. Após ampla apuração, constatou-se que os agentes públicos responsáveis pela gestão da unidade não estavam envolvidos nos ataques e nem poderiam evitá-lo. Constatou-se ainda que o julgamento das contas dos responsáveis tornou-se impossível. Nesse caso, caberá ao Tribunal emitir uma decisão:

- a) terminativa, ordenando o trancamento das contas consideradas ilíquidas;
- b) definitiva, julgando as contas irregulares.
- c) definitiva, julgando as contas regulares, mas consignando as ressalvas.
- d) preliminar, determinando a constituição de tomada de contas especial para investigações.
- e) preliminar, com citação dos responsáveis para saneamento das contas.

30. O TCE GO pretende realizar uma grande e complexa fiscalização nas unidades da Secretaria de Educação. Segundo os planos iniciais, a Corte pretende visitar todas as escolas estaduais, realizando entrevistas com professores e alunos. Todavia, o servidor encarregado do planejamento ficou em dúvidas se é viável realizar tal procedimento. Dessa forma, buscando obter mais informações e avaliar a viabilidade da realização da fiscalização, o Tribunal poderá utilizar o seguinte instrumento de fiscalização:

- a) auditoria.
- b) acompanhamento.
- c) inspeção.
- d) monitoramento.
- e) levantamento.

### **NORMAS ESPECÍFICAS DO ESTADO DE GOIÁS (DEMAIS TÓPICOS)**

*Tiago Zanolla*

31. Em um dia ensolarado, quando o sol acariciava suavemente o Vale da Lua, infundindo vida nos arbustos e nas gramíneas do Cerrado e da Caatinga, Petrônio dedicava-se à autuação de processos administrativos na Secretaria da Fazenda do Estado. O servidor, ao notar que diversas pessoas haviam peticionado, buscou compreender quem poderia ser legitimado. Para isso, mergulhou nos artigos pertinentes da legislação, como um poeta à procura de inspiração nas páginas de um antigo manuscrito.

Conforme a Lei n. 13.800/2001, quem são legitimados como interessados no processo administrativo?

- a) Somente as pessoas físicas ou jurídicas que iniciem o processo como titulares de direitos ou interesses individuais.
- b) Apenas as organizações e associações representativas de direitos e interesses difusos.
- c) Todas as pessoas maiores de dezoito anos.
- d) Pessoas físicas ou jurídicas que iniciem o processo como titulares de direitos ou interesses individuais, aqueles que tenham direitos ou interesses afetados pela decisão, e as organizações e associações representativas de direitos e interesses coletivos e difusos.
- e) Qualquer pessoa que tenha interesse em acompanhar o processo, independentemente de ter iniciado ou ser parte do processo.

**32.** Na Secretaria da Fazenda, durante a complexa instrução de um processo administrativo, a dedicada servidora Clara encontrou-se diante de uma intrincada questão sobre a admissibilidade de provas. Sentindo a responsabilidade pesar sobre seus ombros, ela dirigiu-se à sala de consultas jurídicas, onde diversos volumes da legislação estavam organizados em longas estantes. Com uma expressão de concentração, Clara percorreu as páginas dos códigos, buscando as diretrizes necessárias para proceder corretamente. Em meio à quietude da sala, a servidora revisava atentamente cada artigo relevante, determinada a esclarecer todas as dúvidas e garantir a legitimidade do processo em curso.

Qual das alternativas a seguir está de acordo com a Lei n. 13.800/2001 sobre a admissibilidade de provas no processo administrativo?

- a) Todas as provas, independentemente de sua origem, são admissíveis no processo administrativo.
- b) Provas obtidas por meios ilícitos são admissíveis se forem essenciais para a decisão do processo.
- c) Provas obtidas por meios ilícitos são inadmissíveis no processo administrativo.
- d) Apenas provas obtidas com o consentimento das partes são admissíveis.
- e) Provas obtidas por meios ilícitos são admissíveis se não houver outra maneira de comprovar os fatos.

**33.** Na Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás, durante a análise de um processo administrativo disciplinar, o servidor José se deparou com a aplicação de penalidades por transgressões disciplinares. Ele revisou a Lei n. 20.756/2020 para entender melhor as circunstâncias que levam à demissão.

Segundo a Lei n. 20.756/2020, como é caracterizada a contumácia que pode levar à demissão de um servidor?

- a) A prática de qualquer tipo de transgressão disciplinar, independentemente da sua gravidade.

- b) A prática de 4 (quatro) transgressões disciplinares de natureza grave no período de 3 (três) anos.
- c) A prática de 4 (quatro) transgressões disciplinares de natureza média no período de 5 (cinco) anos contados da data da primeira transgressão.
- d) A prática de 4 (quatro) transgressões disciplinares de natureza leve no período de 5 (cinco) anos contados da data da última transgressão.
- e) A prática de 2 (duas) transgressões disciplinares de qualquer natureza no período de 5 (cinco) anos.

**34.** No Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, o servidor Lucas, em estágio probatório, desejava saber quais atividades poderia desempenhar durante esse período.

De acordo com o Art. 40 da Lei n. 20.756/2020, qual das seguintes atividades um servidor em estágio probatório pode exercer?

- a) Ser cedido a um órgão da administração direta para exercer funções diferentes das do cargo de provimento efetivo.
- b) Exercer qualquer cargo em comissão ou função de confiança no órgão ou na entidade de origem.
- c) Ser transferido para outro estado para exercer funções equivalentes às do cargo de provimento efetivo.
- d) Ser cedido para uma empresa privada para exercer funções de confiança.
- e) Ser colocado à disposição de outro órgão ou entidade sem a manutenção das mesmas atribuições do cargo de provimento efetivo.

35. O servidor Paulo teve sua demissão invalidada por decisão judicial. Ele procurou saber sobre o processo de reintegração e suas implicações conforme a Lei n. 20.756/2020.

O que ocorre se o cargo anteriormente ocupado pelo servidor Paulo estiver provido no momento de sua reintegração?

- a) Paulo será reintegrado ao cargo e o ocupante atual será demitido.
- b) Paulo será reintegrado ao cargo e o ocupante atual terá direito a indenização.
- c) Paulo será reintegrado ao cargo e o ocupante atual será reconduzido ao cargo de origem, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade.
- d) Paulo não poderá ser reintegrado e permanecerá demitido.
- e) Paulo será colocado em disponibilidade até surgir uma vaga no cargo anteriormente ocupado.

## CONTROLE EXTERNO

*Herbert Almeida*

36. A Constituição do Estado Alfa definiu os critérios para escolha dos conselheiros do Tribunal de Contas, tomando como referência as disposições da Constituição Federal e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. Nesse contexto, pode-se afirmar que a Constituição Estadual terá definido corretamente a forma de escolha dos conselheiros se prescrever que:

- a) O Tribunal de Contas do Estado será formado por nove conselheiros, sendo que seis serão escolhidos pela Assembleia Legislativa e os outros três pelo Governador do Estado.
- b) O Governador deverá escolher os sete conselheiros, mas a aprovação dependerá de aprovação da Assembleia Legislativa, em simetria com a forma de escolha dos ministros do Supremo Tribunal Federal.
- c) O Tribunal de Contas Estadual será composto por sete conselheiros, sendo que quatro devem ser escolhidos pela Assembleia Legislativa e três pelo chefe do Poder Executivo estadual, cabendo a este indicar um dentre auditores e outro dentre membros do Ministério Público de Contas, e um terceiro a sua livre escolha.
- d) A Assembleia deverá escolher cinco conselheiros, cabendo ao Governador escolher os outros dois, sendo um dentre auditores e outro dentre os membros do Ministério Público de Contas, e um terceiro a sua livre escolha.
- e) Como titular do controle externo, a Assembleia Legislativa tem a prerrogativa de indicar os sete conselheiros, cabendo ao Governador realizar a nomeação.

**37.** Acerca das competências dos Tribunais de Contas, considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e as previsões da legislação, pode-se afirmar que:

- a) Em atenção aos princípios da segurança jurídica e da confiança legítima, os Tribunais de Contas estão sujeitos ao prazo de 5 anos para o julgamento da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma ou pensão, a contar da emissão do ato de aposentadoria;
- b) É imprescritível a pretensão de ressarcimento ao erário fundada em decisão de Tribunal de Contas, uma vez que se trata de recuperação de dado ao erário.
- c) É inconstitucional a nomeação, pelo Chefe do Executivo, de membro do Ministério Público especial para preenchimento de cargo vago de Conselheiro de Tribunal de Contas local quando se tratar de vaga reservada à escolha da Assembleia Legislativa, devendo-se observar a regra constitucional de divisão proporcional das indicações entre os Poderes Legislativo e Executivo.
- d) Para efetuar os exames das contas das campanhas eleitorais, a Justiça Eleitoral poderá requisitar técnicos do Tribunal de Contas da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, pelo prazo de cento e oitenta dias, prorrogáveis uma vez.
- e) Os Tribunais de Contas alertarão os Poderes que a arrecadação de receita poderá não comportar as metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, podendo ainda limitar diretamente o empenho do Poder que não adotar as medidas no prazo legal.

**38.** Acerca das competências dos tribunais de contas previstas na Lei nº 14.133/2021, pode-se afirmar que:

- a) Os tribunais de contas integram a primeira linha de defesa, encarregando-se da adoção de práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo.

b) Ao suspender cautelarmente o processo licitatório, o tribunal de contas deverá pronunciar-se definitivamente sobre o mérito da irregularidade que tenha dado causa à suspensão no prazo legal, definindo, de forma objetiva, o modo como será garantido o atendimento do interesse público obstado pela suspensão da licitação, no caso de objetos essenciais ou de contratação por emergência.

c) Somente os licitantes e contratados poderão representar aos órgãos de controle interno ou ao tribunal de contas competente contra irregularidades nas licitações e contratos administrativos.

d) Os tribunais de contas deverão se abster de promover eventos de capacitação para os servidores efetivos e empregados públicos designados para o desempenho das funções essenciais à execução da Lei de Licitações, com o objetivo de não gerar confusão na esfera de atribuições de controle e execução.

e) Os tribunais de contas não podem suspender cautelarmente a execução de contrato, podendo, todavia, suspender a execução de processo licitatório.

**39.** Quanto à natureza, entende-se por fiscalização operacional aquela que trata do controle sobre:

- a) a legalidade dos atos de arrecadação de receitas e realização de despesas.
- b) os balanços e demonstrativos contábeis, em conformidade com os princípios da contabilidade pública.
- c) a guarda e conservação dos bens, móveis ou imóveis, das entidades públicas.
- d) o desempenho dos órgãos públicos.
- e) a execução do orçamento.



**40.** Caso o Tribunal de Contas do Estado de Goiás apresente, intempestivamente, o parecer prévio sobre as contas prestadas, em determinado ano, pelo Governador do Estado, a Assembleia Legislativa:

- a) Já poderá ter realizado o julgamento das contas do Governador, em virtude do descumprimento de prazo pelo TCE.
- b) Para rejeitar as contas do Governador, dependerá de manifestação de dois terços dos seus membros nesse sentido.
- c) Deverá julgar as contas prestadas pelo Governador e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo, possuindo ainda a competência para julgar as contas anuais do Tribunal de Contas do Estado.
- d) Não possui competência para realizar o julgamento das contas do Governador, uma vez que tal atribuição compete ao Tribunal de Contas, titular do controle externo.
- e) Deverá julgar as contas do Governador, do Tribunal de Contas do Estado e do Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás.

**41.** O controle é o processo de comparação entre a situação controlada com padrões pré-estabelecidos. O controle da administração, por sua vez, versa sobre um conjunto de instrumentos adotados pela administração, pelos Poderes do Estado e pela sociedade para verificar a legalidade, a legitimidade, a economicidade e outros padrões de atuação do Poder Público.

De acordo com a doutrina de Direito Administrativo, quanto à localização do órgão controlador, o controle pode ser classificado como:

- a) interno, como acontece quando o TCU realiza uma auditoria em órgão do Poder Executivo.
- b) externo, realizado por um Poder sobre a atuação de outro, a exemplo do controle externo financeiro, cuja titularidade compete ao Congresso Nacional, sendo realizado com o auxílio do TCU.

- c) social, realizado pela sociedade e pelo Congresso Nacional, como representante do povo.
- d) provocado, realizado por provocação de terceiros, a exemplo do controle decorrente de recursos administrativos.
- e) judicial, realizado de ofício ou por provocação, sobre a legalidade e o mérito da atuação da Administração.

**42.** Os tribunais de contas exercem um conjunto complexo de funções, buscando proteger o patrimônio e o interesse públicos. Sobre a classificação das funções das cortes de contas, é incorreto afirmar que:

- a) entre outras competências, a função fiscalizatória é exercida pelo Tribunal de Contas quando é realizado o exame, para fins de registro, dos atos de admissão de pessoal e da concessão inicial de aposentadoria, reforma ou pensão.
- b) o Tribunal de Contas exerce a função jurisdicional quando julga as contas dos responsáveis por dano ao erário e quando emite parecer prévio sobre as contas prestadas anualmente pelo Chefe do Poder Executivo.
- c) há funções que podem ser exercidas em conjunto, como a função sancionatória e pedagógica, uma vez que a aplicação de penalidades também tem a função de coibir a prática de novos ilícitos, direcionando os agentes públicos para adoção de condutas regulares.
- d) a Lei de Responsabilidade Fiscal outorga ao Tribunal de Contas diversas atribuições informativas, também denominadas de função de alerta, como ocorre quando a Corte alerta os Poderes e órgãos públicos que os respectivos gastos com pessoal ultrapassaram 90% do limite definido em lei.
- e) a análise sobre despesas supostamente não autorizadas ocorre em conjunto entre o Tribunal de Contas e o Poder Legislativo, momento em que o Tribunal exerce a sua função consultiva, ao emitir o parecer conclusivo sobre o tema.

**43.** Considerando a natureza do processo de controle externo e as relações entre o Tribunal de Contas e o Poder Judiciário, é correto afirmar que:

- a) dada a natureza administrativa dos processos de controle externo, é inviável a aplicação analógica e subsidiária do Código de Processo Civil no âmbito do Tribunal de Contas.
- b) contra as decisões dos tribunais de contas, são cabíveis recursos administrativos direcionados ao próprio Tribunal e, em última instância, ao Poder Judiciário.
- c) o Poder Judiciário, ao exercer o controle sobre as decisões dos tribunais de contas, busca restabelecer a legalidade, invalidando a decisão por ilegalidade grave ou modificando o mérito da decisão de julgamento das contas.
- d) a decisão do Tribunal de Contas não faz coisa julgada formal, uma vez que é passível de revisão em processo próprio, perante o Poder Judiciário.
- e) o controle judicial sobre as decisões dos tribunais de contas ocorre mediante ação autônoma daquela que tramita no Tribunal, realizada mediante mandado de segurança ou ação ordinária.

**44.** Os Tribunais de Contas possuem diversas competências próprias e privativas, definidas no texto constitucional. Uma delas é a aplicação de multa proporcional ao dano causado ao erário. Sobre esse tema, pode-se afirmar que:

- a) a aplicação de penalidades independe de previsão em lei, uma vez que o seu fundamento se encontra diretamente na Constituição Federal.
- b) o Tribunal de Contas somente poderá aplicar a sanção de multa proporcional ao dano, por expressa determinação constitucional.
- c) por não se tratar de órgão jurisdicional, o Tribunal de Contas poderá aplicar sanções sem observar o devido processo legal.
- d) a competência sancionatória do Tribunal de Contas se submete ao controle do Poder Legislativo, titular do controle externo.
- e) a decisão que aplicar a multa terá eficácia de título executivo extrajudicial.

**45.** O Ministério Público especial que funciona junto aos Tribunais de Contas possui importante missão constitucional, mas guarda peculiaridades em comparação ao Ministério Público “comum”. Sobre o tema, pode-se afirmar que esse Ministério Público especial:

- a) não goza de capacidade processual, mas poderá apresentar mandado de segurança contra acórdão do Tribunal de Contas que compõe, caso a Corte não observe as prerrogativas processuais do Parquet de Contas.
- b) dada a sua autonomia, o Ministério Público de Contas poderá propor a ação de execução dos títulos executivos emitidos pela Corte de Contas.
- c) no âmbito dos estados-membros, é constitucional a exigência de lei complementar para regular a organização do Ministério Público especial de Contas.
- d) o Ministério Público especial de Contas encontra-se estritamente vinculado à estrutura da Corte de Contas e não detém autonomia jurídica e iniciativa legislativa para propor projetos de leis que definem sua estrutura organizacional.
- e) em que pese as carreiras sejam distintas, a Constituição autoriza a equiparação de “vencimentos” e “vantagens” entre membros do Ministério Público especial e membros do Ministério Público comum.

**46.** Conforme entendimento majoritário, as decisões dos tribunais de contas possuem natureza:

- a) administrativa e a decisão que imputar débito ou multa terá eficácia de título executivo.
- b) jurisdicional, ainda que possam ser revistas pelo Poder Judiciário.
- c) legislativa, constituindo coisa julgada formal e material.
- d) jurisdicional, com força de coisa julgada após decisão irrecorrível do Tribunal Pleno.
- e) administrativa, passíveis de revisão pelo Poder Legislativo.

**47.** Sobre as disposições constitucionais, é correto afirmar que compete ao Tribunal de Contas da União:

- a) julgar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República.
- b) fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, independentemente de previsão no tratado constitutivo.
- c) apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, incluindo as nomeações para cargo de provimento em comissão.
- d) fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a estado, ao Distrito Federal ou a município.
- e) sustar, de imediato, a execução de contrato impugnado, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal.

**48.** “O Tribunal de Contas da União desempenha, pela 86ª vez, a primeira das competências que lhe são atribuídas pela Constituição Federal: apreciar e emitir parecer prévio conclusivo sobre as contas do Presidente da República. A análise realizada pelo Tribunal, materializada em amplo relatório e parecer prévio, subsidia o Congresso Nacional com elementos técnicos para que o Poder Legislativo profira seu julgamento. Trata-se, portanto, de etapa fundamental do processo de accountability da ação governamental, com o objetivo de atender a sociedade no seu justo anseio por transparência e correção na gestão dos recursos públicos.” (Brasil. Relatório e parecer prévio sobre as contas do governo da república. Brasília: TCU, 2021).

Considerando as disposições constitucionais sobre as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República e sobre a emissão de parecer prévio, pode-se afirmar corretamente que:

- a) as contas serão prestadas no prazo de sessenta dias, a contar da abertura da sessão legislativa, devendo a comissão mista de senadores e deputados emitir o parecer prévio também no prazo de sessenta dias, a contar do recebimento.
- b) o parecer prévio emitido pelo TCU somente deixará de prevalecer mediante decisão de dois terços dos membros do Congresso Nacional.
- c) além de emitir parecer prévio sobre as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, o TCU é encarregado de emitir parecer prévio sobre as contas do governo dos territórios, caso estes sejam instituídos.
- d) o prazo constitucional para a emissão de parecer prévio é de reprodução obrigatória no âmbito das constituições estaduais, motivo pelo qual as contas dos governadores e dos prefeitos municipais receberão parecer prévio sempre no prazo de sessenta dias, contados do recebimento.
- e) a Constituição Federal fixa em 180 dias o prazo para que o Congresso Nacional julgue as contas do Presidente da República, mas este prazo não vem sendo atendido pelo Poder Legislativo

49. Considerando a competência constitucional do Tribunal de Contas (TC) para apreciar, para fins de registro, os provimentos e aposentadorias, marque a opção correta.

- a) Na análise de aposentadoria, o Tribunal de Contas deverá conceder o contraditório e a ampla defesa quando a sua decisão puder ensejar a negativa do registro.
- b) O TC não dispõe de competência para proceder a qualquer inovação no título jurídico de aposentação submetido a seu exame, cabendo-lhe informar ao órgão ou entidade competente as medidas necessárias ao exato cumprimento da lei.
- c) O TC não poderá apreciar para fins de registro a legalidade da admissão de ocupante de cargo em comissão nem poderá realizar outras formas de fiscalização sobre esse tipo de provimento.
- d) A competência técnica do Tribunal de Contas, ao negar registro de admissão de pessoal, subordina-se à revisão pelo Poder Legislativo respectivo.
- e) No caso de concessão de revisão geral anual que impacte no valor da aposentadoria concedida, o ato de aposentadoria deverá ser submetido novamente ao registro do Tribunal de Contas.

50. “O Plenário do Senado escolheu, nesta terça-feira (14), o senador Antônio Anastasia (PSD-MG) para ocupar uma vaga no Tribunal de Contas da União (TCU). Foram 52 votos para Anastasia, 19 para a senadora Kátia Abreu (PP-TO) e 7 para o senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE). A indicação ainda precisa ser aprovada pela Câmara dos Deputados” (Fonte: Agência Senado). Considerando o texto acima, marque a opção correta sobre a escolha dos ministros do Tribunal de Contas da União.

- a) Segundo o STF, a escolha dos ministros do TCU deverá seguir ordem previamente estipulada, cabendo ao Presidente da República indicar a primeira, a quarta e a sétima vagas e, após completar a composição constitucional, será reiniciado o processo de escolha, nesta mesma ordem.
- b) Os ministros do TCU deverão gozar, cumulativamente, de notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros e de administração pública.
- c) Para implementar, tão rapidamente quanto possível, o novo modelo constitucional, nas primeiras vagas ocorridas a partir da vigência da Constituição de 1988, a serem providas pelo chefe do Poder Executivo, a preferência deve caber às categorias dos auditores e membros do Ministério Público especial.
- d) Após a confirmação do nome do Senador pela Câmara dos Deputados, caberia ao Congresso Nacional, em sessão conjunta, realizar a nomeação, cuja posse seria dada pelo Presidente do Tribunal de Contas da União.
- e) Após a confirmação da escolha do senador, caberia ao Presidente da República, em juízo político, vetar ou sancionar o nome indicado, realizando então a nomeação para o cargo vitalício de Ministro do Tribunal de Contas da União.

**AUDITORIA GOVERNAMENTAL***Tonyvan Carvalho*

**51.** Conforme diretriz estabelecida na Declaração de Lima (Intosai), os relatórios da Entidade Fiscalizadora Superior

- a) deverão em regra ter a sua publicidade restrita, dando-se conhecimento exclusivamente às organizações auditadas e aos demais órgãos de controle.
- b) deverão ser redigidos em uma linguagem técnica e precisa ainda que possa dificultar a compreensão do público em geral.
- c) apresentarão os fatos e sua avaliação de uma maneira objetiva, clara e restrita aos elementos essenciais.
- d) deverão desconsiderar os pontos de vista das organizações auditadas sobre os achados, considerando a necessidade de isenção e imparcialidade do relato.
- e) não se confundem com os relatórios de fiscalização que podem e devem regularmente ser elaborados pelos Tribunais de Contas no Brasil.

**52.** O Controle Interno auxilia as entidades a alcançarem objetivos importantes e a sustentar e melhorar o seu desempenho. A publicação Internal Control – Integrated Framework (Controle Interno – Estrutura Integrada) do COSO permite que as organizações desenvolvam, de forma efetiva e eficaz, sistemas de controle interno que se adaptam aos ambientes operacionais e corporativos em constante mudança, reduzam os riscos para níveis aceitáveis e apoiem um processo sólido de tomada de decisões e de governança da organização. De acordo com a referida publicação, o Controle Interno é:

- a) conduzido para atingir um único objetivo, na categoria divulgação;
- b) um processo que consiste em tarefas e atividades contínuas, ou seja, um fim em si mesmo;

- c) um manual de políticas e procedimentos, sistemas e formulários;
- d) capaz de proporcionar segurança absoluta para a estrutura de governança e alta administração de uma entidade;
- e) adaptável à estrutura da entidade, sendo flexível na aplicação para toda a entidade.

**53.** Consoante dispõe a NBC TA 200, o auditor

- a) deve considerar todas as exigências relevantes em uma NBC TA.
- b) não pode emitir relatório com modificação de opinião.
- c) não pode renunciar ao trabalho de auditoria.
- d) pode utilizar a ausência de informação como evidência de auditoria.
- e) não deve executar procedimentos de auditoria alternativos para cumprir seus objetivos.

**54.** Assinale a opção que apresenta um tipo de ocorrência que pode ser controlada pela adoção de um sistema de controle interno capaz de proporcionar uma segurança razoável da consecução dos objetivos traçados por uma organização.

- a) descumprimento de requisitos legais e regulamentares
- b) ocorrência de eventos externos à organização
- c) julgamento falho ou tendencioso no processo de tomada de decisão
- d) conluio dos empregados.
- e) capacidade da administração de superar o controle interno



**55.** Sobre os tipos de auditoria, suas diferenças e convergências, assinale a afirmativa correta.

- a) A ausência de indicadores e os descumprimentos de planos são os principais achados apontados em auditorias financeiras.
- b) As auditorias de conformidade são tipos de trabalho somente de certificação.
- c) As auditorias financeiras podem ser tipos de trabalho de certificação ou de relatório direto.
- d) As auditorias operacionais podem apresentar como critérios uma boa prática ou um benchmark.
- e) Nas auditorias financeiras, os principais achados são desconformidades legais ou falhas gerenciais.

**56.** Quando uma opinião de auditoria é utilizada para transmitir o nível de asseguarção, a opinião deve ser em um formato padronizado. Ao tratar da opinião do auditor, a NBASP 100 (ISSAI 100) - Princípios Fundamentais de Auditoria do Setor Público define que:

- a) uma opinião qualificada (exceto por) pode ser considerada não modificada se os efeitos não forem relevantes;
- b) uma opinião não modificada pode ser usada somente quando o nível de asseguarção for razoável;
- c) recomendações para sanar deficiências de controle interno não devem ser incluídas no relatório de opinião do auditor;
- d) a opinião modificada pode ser expressa pela emissão de um relatório com abstenção;
- e) a emissão de relatório com opinião modificada faculta a apresentação da natureza e a extensão da modificação.

**57.** Um dos princípios gerais de auditoria no setor público é a materialidade. Com relação a esse assunto, é correto afirmar que

- a) a materialidade leva em conta exclusivamente a dimensão quantitativa dos fenômenos.
- b) as considerações sobre materialidade independem do interesse público envolvido na questão.
- c) uma questão, para ser considerada material, tem de levar em conta o reflexo de suas consequências no patrimônio individual de cada usuário.
- d) uma questão pode ser julgada material se o seu conhecimento é suscetível de influenciar as decisões dos usuários potenciais.
- e) as considerações sobre materialidade devem ignorar as exigências regulatórias inerentes ao respectivo setor de atividade.

**58.** As auditorias no setor público podem ser classificadas em um ou mais de três tipos principais de acordo com as Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público (NBASP), de modo que os objetivos de cada auditoria irão determinar as normas que lhe são aplicáveis. Sobre o tipo de auditoria financeira no setor público, é CORRETO afirmar que:

- a) Auditoria financeira foca em determinar se a informação financeira de uma entidade é apresentada em conformidade com a estrutura de relatório financeiro e o marco regulatório aplicável. Isso é alcançado, obtendo-se achados de auditoria suficiente e apropriada para permitir o auditor expressar uma opinião quanto a estarem as informações financeiras livres de distorções relevantes.
- b) Auditoria financeira foca em determinar se a informação financeira de uma entidade é apresentada em conformidade com a estrutura de relatório financeiro e o marco regulatório aplicável. Isso é alcançado, obtendo-se indícios de auditoria apropriada para permitir o auditor expressar uma opinião quanto a estarem as informações financeiras livres de distorções relevantes devido à fraude e corrupção.
- c) Auditoria financeira foca em determinar se a informação financeira de uma entidade é apresentada em conformidade com a estrutura de relatório gerencial e o marco regulatório aplicável. Isso é alcançado, obtendo-se evidência de auditoria suficiente e apropriada para permitir o auditor expressar uma opinião quanto a estarem as informações financeiras livres de fraude e corrupção.
- d) Auditoria financeira foca em determinar se a informação financeira de uma entidade é apresentada em conformidade com a estrutura de relatório financeiro e o marco regulatório aplicável. Isso é alcançado, obtendo-se evidência de auditoria suficiente e apropriada para permitir o auditor expressar uma opinião quanto a estarem as

informações financeiras livres de distorções relevantes, devido à fraude ou erro.

- e) Auditoria financeira foca em determinar se a informação financeira de uma entidade é apresentada em conformidade com a estrutura de relatório financeiro e o marco regulatório aplicável. Isso é alcançado, obtendo-se indícios de auditoria apropriada para permitir o auditor expressar uma opinião quanto a estarem as informações financeiras livres de fraude ou erro.

**59.** Os padrões mais utilizados na avaliação da gestão pública pelos controles internos e externos são: economicidade, eficiência, eficácia e efetividade. Sobre a economicidade, compreende-se que é

- a) o grau de alcance das metas, uma medida de resultados utilizada para avaliar o desempenho da administração.
- b) o impacto final das ações vinculado ao grau de satisfação das necessidades e dos desejos da sociedade com os serviços prestados pela instituição.
- c) a minimização dos custos dos recursos utilizados na produção de bens ou na execução de serviços, sem comprometer os padrões de qualidade.
- d) a inclusão de valores globais dos custos resultantes do desdobramento da despesa para consecução dos fins da administração.
- e) Refere-se à relação entre os resultados de uma intervenção ou programa, em termos de efeitos sobre a população alvo (impactos observados), e os objetivos pretendidos (impactos esperados), traduzidos pelos objetivos finalísticos da intervenção.

**60.** Após apresentar quedas recorrentes no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) no âmbito municipal, apesar de ter um desempenho histórico acima da média nacional, o secretário de educação de uma capital brasileira solicitou uma avaliação ampla e criteriosa da estrutura e das atividades da rede municipal de ensino.

A avaliação teria como objetivo identificar pontos críticos e oportunidades de aperfeiçoamento. Essa avaliação pode ser realizada sob o formato de uma auditoria:

- a) externa;
- b) de gestão;
- c) operacional;
- d) de qualidade;
- e) de conformidade.

## **NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL**

*João Trindade*

**61.** Wandercleysson foi eleito deputado federal pelo Estado Alfa, sendo filiado ao Partido Zeta. Feliz pela eleição, ficou bastante apreensivo, contudo, por ter descoberto que Zeta não atingiu a cláusula de barreira. Tendo sido convidado pelo Partido Gama para nele ingressar, procurou um(a) advogado(a) especialista em Direito Constitucional, que afirmou, corretamente, que:

- a) Wandercleysson pode mudar para o partido Gama sem perder o mandato, desde que este tenha alcançado a cláusula de barreira
- b) Wandercleysson não pode mudar de partido sem perder o mandato
- c) Wandercleysson pode mudar de partido sem perder o mandato, ainda que Gama não tenha alcançado a cláusula de barreira
- d) Wandercleysson pode mudar de partido sem perder o mandato, apenas se o partido Zeta assim anuir
- e) Wandercleysson pode livremente mudar de partido sem perder o mandato por qualquer razão que julgue relevante

**62.** O Município Beta, situado no Estado Alfa, editou uma lei dispendo sobre o horário de funcionamento dos postos de gasolina daquela localidade. Inconformado, o Posto “Beira da BR” deseja ajuizar demanda alegando que tal lei é formalmente inconstitucional, por violar a competência legislativa da União. Nesse sentido, a alegação do Posto é:

- a) procedente, pois compete à União legislar sobre direito comercial
- b) improcedente, pois compete ao Município legislar sobre horário de funcionamento do comércio
- c) procedente, pois compete à União legislar sobre direito civil
- d) procedente, pois compete concorrentemente à União, aos Estados e ao DF legislar sobre produção e consumo
- e) improcedente, pois compete ao Município legislar sobre direito comercial.

**63.** O Governador do Estado Alfa efetuou a prestação de contas ao Tribunal de Contas do Estado Alfa, que, por unanimidade, as desaprovou. Nesse caso, diante das regras constitucionais sobre a fiscalização contábil, financeira e orçamentária, pode-se afirmar que:

- a) o Tribunal de Contas agiu corretamente, pois que lhe cabe julgar as contas do Chefe do Executivo
- b) o Tribunal de Contas agiu incorretamente, pois que lhe cabe apenas apreciar as contas do Chefe do Executivo, emitindo parecer prévio, antes do julgamento pela Assembleia Legislativa
- c) o Tribunal de Contas agiu corretamente, pois que lhe cabe apreciar as contas do Chefe do Executivo, que serão consideradas definitivamente julgadas se não forem apreciadas pela Assembleia no prazo de uma sessão legislativa.
- d) o Tribunal de Contas agiu incorretamente, pois que não lhe cabe julgar as contas de quaisquer autoridades públicas
- e) o Tribunal de Contas agiu corretamente, pois que lhe cabe julgar as contas do Chefe do Executivo, cabendo à Assembleia Legislativa apreciar tais contas.

**64.** Acerca do Poder Judiciário, julgue os itens seguintes:

I – Embora seja assegurada aos juízes a inamovibilidade, é possível a permuta de magistrados de comarca de igual entrância, quando for o caso, e dentro do mesmo segmento de justiça, inclusive entre os juízes de segundo grau, vinculados a diferentes tribunais, na esfera da justiça estadual, federal ou do trabalho.

II - Somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.

III - Se o Poder Judiciário não encaminhar a respectiva proposta orçamentária dentro do prazo estabelecido na lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo ficará livre para elaborá-la.

Está(ão) correto(s) o(s) item(ns), apenas:

- a) II e III
- b) I e II
- c) I, II e III
- d) I e III
- e) II

**65.** O Presidente da República do Mali foi acusado de atentar contra a separação de poderes, ao tentar influenciar indevidamente na votação de um projeto de lei na Câmara dos Deputados. À luz dessa situação hipotética, pode-se afirmar que, se fosse aplicada à situação a solução jurídica prevista na Constituição Brasileira:

- a) tal conduta configuraria crime comum, que deveria ser julgado pelo Senado Federal
- b) tal conduta configuraria crime de responsabilidade, que deveria ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal
- c) tal conduta configuraria crime comum, que deveria ser julgado pela Câmara dos Deputados
- d) tal conduta configuraria crime de responsabilidade, que deveria ser julgado pelo Senado Federal
- e) tal conduta configuraria crime de responsabilidade, que deveria ser julgado pela Câmara dos Deputados.

**66.** Asdrúbal, Deputado Estadual, apresentou projeto de lei à Assembleia Legislativa, dispondo sobre a licença para capacitação dos servidores estaduais. Depois de discutida e votada, a matéria foi aprovada por unanimidade, sendo, então, encaminhada à Governadora, Rosa.

À luz da situação narrada, pode-se afirmar que:

- a) Rosa dispõe do prazo de 15 dias úteis para se manifestar sobre o projeto de lei, sob pena de ocorrer o veto tácito
- b) Rosa pode vetar o projeto de lei total ou parcialmente, mas, em ambos os casos, a Assembleia Legislativa deliberará sobre o veto, podendo rejeitá-lo por maioria simples
- c) Se Rosa sancionar o projeto de lei, o vício de iniciativa da proposição será considerado superado
- d) Não há vício de iniciativa, de modo que Asdrúbal poderia ter apresentado o citado projeto de lei
- e) Rosa pode vetar o projeto de lei total ou parcialmente, mas, em ambos os casos, a Assembleia Legislativa deliberará sobre o veto, podendo rejeitá-lo por maioria absoluta

**67.** A respeito dos Princípios Gerais da Atividade Econômica, considere as seguintes afirmações:

- I – A propriedade privada é um princípio da Ordem Econômica, mas ela deve atender a sua função social.
- II – A Constituição Federal autoriza o tratamento favorecido às empresas de pequeno porte.
- III – O exercício de atividade econômica depende de autorização estatal, a menos que a lei expressamente dispense essa exigência.
- IV - Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, entre outras, a função de planejamento, que é determinante para os setores público e privado.

Estão corretos os seguintes itens:

- a) I e II
- b) I, II e III
- c) todos
- d) II e IV
- e) III e IV

## **CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE GOIÁS**

*Rodrigo Francelino*

**68.** Compete ao Estado de Goiás, em comum com a União e os Municípios, exceto:

- a) zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público.
- b) cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência.
- c) proteger documentos, obras, monumentos, paisagens naturais, sítios arqueológicos e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, impedindo sua evasão, destruição e descaracterização
- d) decretar intervenção nos Municípios
- e) combater as causas da pobreza e da marginalização, promovendo a integração das camadas sociais desfavorecidas.

**69.** Nos termos da Constituição do Estado de Goiás o Tribunal de Contas do Estado, integrado por sete conselheiros, tem sede na Capital, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território estadual, sob o papel do Tribunal de Contas do Estado assinale a alternativa incorreta:

- a) Os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado serão nomeados dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade
- b) Os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado serão escolhidos: quatro pela Assembleia Legislativa e três pelo Governador, com aprovação da Assembleia Legislativa, o primeiro deles de livre escolha e contemplando as duas outras escolhas, alternadamente, auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal, por este indicado em listas tríplices segundo os critérios de antiguidade e merecimento.
- c) Os Conselheiros terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Desembargadores do Tribunal de Justiça aplicando-se-lhes, quanto à aposentadoria e pensão.
- d) O Auditor, quando em substituição a conselheiro, terá as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos e vencimentos do titular e, quando no exercício das demais atribuições da judicatura, as de juiz de direito de entrância final.
- e) os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado serão nomeados: o primeiro e o segundo mediante escolhas da Assembleia Legislativa o terceiro por livre escolha do Governador, com aprovação da Assembleia Legislativa o quarto e o quinto mediante escolhas da Assembleia Legislativa o sexto e o sétimo por escolha do Governador, com aprovação da Assembleia Legislativa, escolhido o sexto dentre membros do Ministério Público junto ao Tribunal, por este indicados em listas tríplices segundo os critérios de antiguidade e merecimento e o sétimo dentre auditores.



**NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO***Antônio Daud*

**70.** Considerando as regras atinentes aos crimes em licitações e contratos administrativos previstas no Código Penal, é correto afirmar que caracteriza crime, EXCETO:

- a) Admitir, possibilitar ou dar causa à contratação direta fora das hipóteses previstas em lei.
- b) Frustrar ou fraudar, com o intuito de obter para si ou para outrem vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação, o caráter competitivo do processo licitatório.
- c) patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a Administração Pública, dando causa à instauração de licitação ou à celebração de contrato cuja invalidação vier a ser decretada pelo Poder Judiciário.
- d) Afastar ou tentar afastar licitante por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo.
- e) Ocultar da revisão de autoridade superior competente informação sigilosa para beneficiar a si ou a outrem, ou em prejuízo de terceiros.

**71.** Considerando os recentes entendimentos do Supremo Tribunal Federal (STF), assinale a alternativa correta quanto à demissão de empregados públicos concursados:

- a) Sociedades de Economia mista poderão dispensar seus empregados exclusivamente na hipótese de enquadramento na justa causa trabalhista.
- b) A instauração de processo administrativo ou sindicância é requisito indispensável para a demissão de empregados concursados.
- c) Estatais prestadoras de serviço público têm o dever de motivar, em ato formal, a demissão de seus empregados concursados.
- d) Empregado público admitido mediante concurso público não pode ser demitido após 2 anos de efetivo exercício do emprego.

e) Estatais em regime concorrencial têm o dever jurídico de motivar, em ato formal, a demissão de seus empregados concursados, não se exigindo processo administrativo, motivação que deve conter fundamento razoável, não se exigindo enquadramento na justa causa trabalhista.

**72.** Entidade privada que detiver informações em virtude de vínculo de qualquer natureza com o poder público e deixar de observar o disposto na Lei 12.527/2011 estará sujeita às seguintes sanções, EXCETO:

- a) advertência.
- b) multa.
- c) rescisão do vínculo com o poder público.
- d) suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a administração pública por prazo não superior a 1 ano.
- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**73.** Em relação ao regramento constitucional aplicável aos agentes públicos, assinale a alternativa que está de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF):

- a) É constitucional a vinculação do reajuste de vencimentos de servidores estaduais a índices federais de correção monetária.
- b) A garantia do salário-mínimo refere-se ao valor global da remuneração percebida pelo servidor público.
- c) O Judiciário está autorizado, em apelo ao princípio da isonomia, a aumentar remunerações dos servidores públicos.
- d) Funcionário em estágio probatório pode ser exonerado sem as formalidades legais de apuração de sua capacidade.

e) Os servidores inativos fazem jus à percepção do auxílio-alimentação legalmente concedido aos servidores em exercício do cargo.

**74.** Considerando o acordo de não persecução cível previsto na Lei 8.429/1992, com redação dada pela Lei 14.230/2021, é correto afirmar que:

a) Será celebrado pelo ente federativo lesado, com oitiva do Poder Judiciário.

b) Dependerá de homologação judicial exclusivamente no caso de o acordo ocorrer depois do ajuizamento da ação de improbidade administrativa.

c) É constitucional a utilização da colaboração premiada, no âmbito civil, em ação civil pública por ato de improbidade administrativa movida pelo Ministério Público.

d) Permitirá a redução em até 1/3 o valor do dano causado ao erário.

e) Não poderá ser celebrado após a prolação da sentença condenatória ou no momento da execução da sentença condenatória.

**75.** Quanto à possibilidade de o poder público responder por prejuízos causados por lei de efeitos concretos produzida pela Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, sabe-se que:

a) a Assembleia Legislativa do Estado de Goiás deverá responder pelo referido prejuízo.

b) o Estado de Goiás deverá responder pelo referido prejuízo.

c) a responsabilidade civil do Estado não alcança, em nenhuma hipótese, a atividade legiferante.

d) o Estado somente irá responder caso reste declarada a inconstitucionalidade da lei em sede de controle concentrado.

e) o Deputado relator da matéria irá responder pelo referido prejuízo perante as vítimas.

**76.** Em relação à duração dos contratos administrativos, é correto afirmar que o contrato

firmado sob o regime de fornecimento e prestação de serviço associado terá sua vigência máxima definida pela soma do prazo relativo ao fornecimento inicial ou à entrega da obra com o prazo relativo ao serviço de operação e manutenção, sendo que este poderá ter a duração de no máximo:

a) 5 anos, autorizada a prorrogação.

b) 10 anos, vedada a prorrogação.

c) 5 anos, vedada a prorrogação.

d) 10 anos, autorizada a prorrogação.

e) 15 anos, prorrogável por mais 10.

## ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

*Leandro Ravyelle*

**77.** Sobre as técnicas e modelos orçamentários utilizados na gestão pública, analise as seguintes afirmativas e identifique a correta:

a) O orçamento de desempenho foca na alocação de recursos baseando-se exclusivamente nas atividades que as unidades administrativas precisam realizar, sem preocupação com os resultados.

b) O orçamento base-zero exige que todas as despesas sejam justificadas a partir do zero em cada novo período orçamentário, promovendo uma análise detalhada das necessidades e dos custos.

c) O orçamento tradicional, também conhecido como incremental, destaca-se por sua abordagem detalhada na avaliação dos resultados e na eficiência dos programas governamentais.

d) O orçamento-programa, diferentemente do orçamento de desempenho, desconsidera os objetivos e metas dos programas e concentra-se apenas na análise financeira.

e) O orçamento participativo é uma técnica moderna que, apesar de ser amplamente utilizada em

governos locais, não permite a participação direta da população na decisão sobre a alocação dos recursos públicos.

**78.** Sobre os princípios orçamentários que orientam a elaboração e execução do orçamento público, analise as seguintes afirmativas e identifique a correta:

- a) O princípio da unidade determina que o orçamento deve conter todas as receitas e despesas de todos os poderes, órgãos, fundos e entidades da administração direta e indireta.
- b) O princípio da exclusividade permite que o orçamento inclua dispositivos sobre alterações na legislação tributária, desde que não haja aumento de tributos.
- c) O princípio do equilíbrio orçamentário estabelece que as receitas e despesas devem ser estimadas de forma a garantir superávit fiscal ao final do exercício financeiro.
- d) O princípio da não afetação de receitas veda a vinculação de receitas de impostos a órgão, fundo ou despesa, exceto nos casos previstos na Constituição.
- e) O princípio da clareza exige que o orçamento seja elaborado de forma detalhada, incluindo pormenores técnicos e terminológicos que possam ser compreendidos apenas por especialistas em finanças públicas.

**79.** Sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e suas funções no processo orçamentário brasileiro, analise as seguintes afirmativas e identifique a correta:

- a) A LDO estabelece as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de custeio e as de capital para o exercício financeiro subsequente.
- b) A LDO orienta a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA) e estabelece as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, sem a necessidade de compatibilidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

c) A LDO pode dispor sobre alterações na legislação tributária e definir a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

d) A LDO não tem o papel de limitar o montante de despesas de pessoal, uma vez que essa função é exclusiva da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

e) A LDO é elaborada exclusivamente pelo Poder Legislativo e sancionada pelo Presidente da República, sem a necessidade de participação do Poder Executivo em sua formulação.

**80.** Sobre as emendas parlamentares ao orçamento, conforme a Constituição Federal de 1988 e a Lei 4.320/64, assinale a alternativa correta:

- a) As emendas parlamentares ao projeto de lei orçamentária anual podem incidir sobre anulação de despesas com pessoal e encargos sociais, desde que respeitem o teto de gastos.
- b) As emendas parlamentares individuais impositivas devem alocar recursos exclusivamente para ações de saúde e educação, conforme o disposto na Constituição Federal de 1988.
- c) As emendas ao projeto de lei orçamentária não podem alterar a dotação solicitada para despesas de custeio, exceto quando houver comprovação de inexatidão na proposta.
- d) A Lei 4.320/64 permite que as emendas parlamentares incluam a concessão de dotação para o início de obras cujo projeto ainda não esteja aprovado pelos órgãos competentes.
- e) A Constituição Federal de 1988 veda a apresentação de emendas parlamentares ao projeto de lei orçamentária anual que resultem em aumento do déficit público.

**81.** Considerando os conceitos de programação e execução orçamentária e financeira, programação de desembolso e mecanismos retificadores do orçamento, bem como o acompanhamento da execução orçamentária, assinale a alternativa correta:

- a) A programação de desembolso deve ser realizada anualmente, permitindo que todas as despesas sejam executadas no início do exercício financeiro.
- b) O contingenciamento de despesas é um mecanismo retificador utilizado para ajustar a execução orçamentária à arrecadação efetiva de receitas.
- c) O acompanhamento da execução orçamentária é uma atividade exclusiva do Poder Legislativo, que deve aprovar relatórios trimestrais.
- d) As despesas obrigatórias, como pagamento de pessoal, podem ser reduzidas por meio de mecanismos retificadores do orçamento, como o contingenciamento.
- e) A programação financeira visa apenas garantir o equilíbrio entre receitas e despesas ao longo do exercício financeiro, sem levar em conta a necessidade de cumprimento de metas fiscais.

**82.** De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), Parte I - Procedimentos Contábeis Orçamentários, 10ª edição, assinale a alternativa correta:

- a) O MCASP recomenda que as despesas orçamentárias sejam classificadas exclusivamente por natureza de despesa, desconsiderando a classificação por função e subfunção.
- b) A inscrição de restos a pagar processados no final do exercício financeiro não impacta a apuração do resultado orçamentário do exercício.

c) A despesa empenhada e liquidada, mas não paga até o final do exercício, deve ser classificada como restos a pagar não processados.

d) A execução orçamentária deve ser registrada pelo regime de competência, enquanto a execução financeira segue o regime de caixa, conforme preconizado pelo MCASP.

e) A previsão inicial de receita e despesa na Lei Orçamentária Anual (LOA) deve ser ajustada ao longo do exercício financeiro de acordo com as variações na arrecadação e na execução da despesa, observando o princípio da anualidade.

**83.** De acordo com a Lei Complementar nº 159/2017, que institui o Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal, assinale a alternativa correta:

- a) O Regime de Recuperação Fiscal permite que os Estados e o Distrito Federal aumentem os gastos com pessoal durante o período de vigência do regime.
- b) Para aderir ao Regime de Recuperação Fiscal, o Estado ou Distrito Federal não precisa comprovar situação de desequilíbrio financeiro.
- c) A adesão ao Regime de Recuperação Fiscal exige que o Estado ou Distrito Federal implemente um plano de recuperação com medidas de ajuste fiscal, reformas estruturais e privatizações.
- d) O Regime de Recuperação Fiscal é instituído por prazo indeterminado, permitindo que os Estados e o Distrito Federal permaneçam nele enquanto considerarem necessário.
- e) Durante o período de vigência do Regime de Recuperação Fiscal, os Estados e o Distrito Federal estão dispensados de obter autorização da União para contrair novos empréstimos.

**CONTABILIDADE PÚBLICA***Gilmar Possati*

**84.** O usuário da informação de custos do setor público é qualquer pessoa ou entidade que utiliza essas informações para subsidiar os processos de planejamento, tomada de decisão, monitoramento, avaliação de desempenho, transparência, prestação de contas e responsabilização. Conforme determina a NBC TSP 34 – Custos do Setor Público, são usuários principais dessas informações

- a) as organizações sociais.
- b) os cidadãos.
- c) os membros do poder legislativo.
- d) os órgãos de controle.
- e) os gestores.

**85.** O Município Audazes dos Pampas realizou a contratação, por meio de processo licitatório, da empresa Coruja Soluções Tecnológicas S.A., para o desenvolvimento de um software para controlar os recursos públicos do município. O contrato com essa empresa foi assinado em 01/04/20X2 pelo valor de R\$ 25.340.000. Com base nesse entendimento e considerando o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), a equipe contábil do município, no momento da liquidação, deverá proceder o seguinte registro na natureza de orçamentária:

a)

Débito: 6.2.2.1.3.01.00 Crédito Empenhado a Liquidar  
Crédito: 6.2.2.1.3.03.00 Crédito Empenhado Liquidado a Pagar

b)

Débito: 6.2.2.1.1.00.00 Crédito Disponível  
Crédito: 6.2.2.1.3.01.00 Crédito Empenhado a Liquidar

c)

Débito: 6.2.2.1.3.03.00 Crédito Empenhado Liquidado a Pagar  
Crédito: 2.1.3.x.x.xx.xx Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo (F)

d)

Débito: 6.2.2.1.3.03.00 Crédito Empenhado Liquidado a Pagar  
Crédito: 6.2.2.1.3.04.00 Crédito Empenhado Liquidado Pago

e)

Débito: 1.2.4.1.1.02.00 Softwares em Desenvolvimento (P)  
Crédito: 2.1.3.x.x.xx.xx Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo (F)



**86.** A Unidade Básica de Saúde (UBS) da região central do Município Audazes dos Pampas, em 01/05/20X3, distribuiu, enganosamente, remédios vencidos para pacientes que sofrem de hipertensão. Irresignados, vários moradores entraram na justiça contra o município. Ao ser notificado judicialmente, o setor jurídico chegou à conclusão e informou ao setor contábil que é provável que os moradores ganhem a causa na justiça, entretanto no momento da notificação ainda não consegue estimar confiavelmente o valor da provável saída de recursos relacionada a essa demanda judicial.

Com base nessas informações e considerando o que determina a NBC TSP 03 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, o setor contábil, ao receber a informação do setor jurídico, deverá:

- a) contabilizar uma provisão no balanço patrimonial e divulgar o fato em notas explicativas, considerando a provável perda na justiça.
- b) apenas inicialmente acompanhar o processo até o seu trânsito em julgado, oportunidade em que deve registrar a obrigação a pagar em contrapartida da variação patrimonial diminutiva no resultado.
- c) não contabilizar a provisão, mas divulgar essa demanda judicial em notas explicativas e registrar em contas de controle.
- d) contabilizar a provisão pelo valor da causa judicial prevista no processo, divulgar a demanda judicial em notas explicativas, além de registrar em contas de controle.
- e) evitar a fadiga e aguardar o desenrolar do processo até haver uma estimativa confiável da saída de recursos.

**87.** Os ativos podem surgir pela sua aquisição em transação com ou sem contraprestação, pelo seu desenvolvimento interno ou através dos direitos soberanos que os entes públicos detêm. Baseado nisso, determinado auditor de controle externo do Estado Audazes do Sul ficou encarregado de avaliar se o Estado detém ou não o direito de controle de alguns ativos. Com base no que determina a NBC TSP – Estrutura Conceitual, para que seja obtido o direito de controle pelo Estado, os seguintes eventos devem ser considerados, **à exceção de um**. Assinale-o:

- a) a capacidade geral para exercer o poder.
- b) o poder não for exercido e os direitos de receber esses recursos existirem.
- c) o exercício do poder de criar um direito.
- d) a constituição de poder por meio de lei.
- e) o evento que origina o direito a receber recursos de terceiros.

88. Em 20X5, após ser aprovado no concurso para analista do Estado Audazes do Sul, Jaiminho ficou responsável por verificar as demonstrações contábeis de determinado município do Estado. Ao analisar o Balanço Patrimonial do referido ente, o analista percebeu que houve a mensuração incorretamente de um ativo, no exercício de 20X4, no montante de R\$ 250.000, fazendo com que o superávit financeiro apurado no exercício fosse de R\$ 100.000 maior do que o superávit real. Verificou, assim, que o valor correto para o ativo era de R\$ 150.000.

Com base nos ensinamentos do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), ao encaminhar os apontamentos realizados para o município, o analista propôs a seguinte contabilização de regularização:

a)

Débito: 1.2.3.x.x.xx Ativo Imobilizado

Crédito: 2.3.6.1.x.xx Reserva de Reavaliação do Ativo Imobilizado R\$ 100.000

b)

Débito: 2.3.6.1.x.xx Reserva de Reavaliação do Ativo Imobilizado

Crédito: 2.3.7.x.x.xx Resultados Acumulados R\$ 100.000

c)

Débito: 1.2.3.x.x.xx Ativo Imobilizado

Crédito: 4.6.2.2.x.xx Ganho de Imobilizado R\$ 100.000

d)

Débito: 2.3.7.x.x.xx Resultados Acumulados

Crédito: 1.2.3.x.x.xx Ativo Imobilizado R\$ 100.000

e)

Débito: 2.3.7.x.x.xx Resultados Acumulados

Crédito: 4.6.2.2.x.xx Ganho de Imobilizado  
R\$ 100.000

## ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E POLÍTICAS PÚBLICAS

*Rodrigo Rennó*

89. Um analista do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) propôs um projeto para aprimorar os métodos de coleta de dados censitários, visando aumentar a precisão das informações demográficas e socioeconômicas disponibilizadas ao público. O projeto envolve a adoção de tecnologias avançadas de análise de dados e a ampliação da participação comunitária no processo de coleta de informações. Para buscar aprovação e financiamento internos, o analista precisou esclarecer a natureza jurídica e a classificação institucional do IBGE dentro da estrutura administrativa federal. Neste contexto, a descrição mais precisa do IBGE é:

a) Empresa pública federal, responsável pela implementação de políticas de desenvolvimento urbano e pela gestão de informações estatísticas e geográficas.

b) Sociedade de economia mista, com a missão de prover dados estatísticos que suportem o planejamento e a execução de políticas públicas pelo Governo Federal.

c) Fundação pública federal, encarregada da pesquisa e da produção de informações estatísticas, geográficas e ambientais essenciais para o país.

d) Autarquia federal especial, com autonomia administrativa e financeira, dedicada à realização de levantamentos estatísticos, censos e a produção de informações geográficas.

e) Órgão da Administração Pública Direta, subordinado ao Ministério da Economia, com a função de coordenar e executar pesquisas que subsidiem as políticas governamentais de desenvolvimento social e econômico.

**90.** A formulação de políticas públicas é uma etapa complexa que envolve a integração de diversas informações e perspectivas. Considerando os aspectos críticos dessa fase, qual das seguintes opções melhor ilustra um desafio frequente na formulação de políticas públicas que pode afetar sua eficácia e aceitação?

- a) A dependência excessiva em dados quantitativos pode levar a uma compreensão limitada das necessidades reais da população, negligenciando aspectos qualitativos importantes.
- b) A implementação de consultas públicas frequentes durante a formulação de políticas sempre resulta em decisões mais democráticas e eficazes.
- c) A ausência de revisões técnicas regulares durante a formulação garante maior agilidade no processo, facilitando a implementação rápida das políticas.
- d) A ênfase em consenso total entre todos os stakeholders envolvidos na formulação de políticas é essencial para garantir a legitimidade e o sucesso das políticas.
- e) A utilização de tecnologias avançadas na coleta e análise de dados é suficiente para assegurar a formulação de políticas públicas bem-sucedidas.

**91.** O controle de políticas públicas pode ser exercido em diferentes momentos ao longo do ciclo de uma política. Qual das seguintes opções melhor descreve um exemplo prático que ilustra o controle "ex-post", um dos momentos do controle na gestão pública?

- a) Uma prefeitura implementa uma nova política de zoneamento e decide realizar audiências públicas antes de finalizar os regulamentos, para garantir a conformidade com as necessidades locais e leis vigentes.
- b) Um órgão de fiscalização realiza auditorias regulares durante a execução de um programa de

construção de escolas para assegurar que os fundos estão sendo usados conforme o planejado e evitar desvios.

- c) Após a implementação de um programa de vacinação, um departamento de saúde pública analisa os dados de cobertura vacinal e eficácia para avaliar o sucesso do programa e identificar áreas para melhorias futuras.
- d) Antes de lançar uma iniciativa de revitalização urbana, um governo municipal conduz uma análise de impacto ambiental para prever possíveis efeitos negativos e planejar medidas de mitigação.
- e) Uma agência governamental revisa e ajusta seus procedimentos internos de compra antes de iniciar um grande projeto de infraestrutura, para melhorar a eficiência e reduzir riscos de corrupção.

**92.** Theodore Lowi classificou as políticas públicas em categorias distintas com base em seus efeitos e nos processos políticos que elas envolvem. Qual das seguintes opções melhor ilustra o conceito de políticas "constitutivas" de acordo com a tipologia de Lowi?

- a) Uma política que estabelece normas rigorosas para a emissão de poluentes por fábricas, visando reduzir a poluição ambiental e promover a saúde pública.
- b) Um programa governamental que redistribui renda através de impostos progressivos e benefícios sociais para reduzir a desigualdade econômica.
- c) Uma legislação que reforma o processo eleitoral, modificando as regras para registro de partidos políticos e a condução de eleições.
- d) Um subsídio oferecido pelo governo para apoiar a agricultura local, garantindo preços mínimos para produtos agrícolas e ajudando a estabilizar a economia rural.
- e) Uma política que fornece acesso gratuito à educação superior para estudantes de baixa renda, visando melhorar as oportunidades educacionais e promover a igualdade de acesso.

**93.** A gestão por competências é uma estratégia de gestão de recursos humanos que foca no desenvolvimento e na avaliação de competências específicas que são críticas para alcançar os objetivos estratégicos de uma organização. Considerando a implementação dessa abordagem, qual das seguintes opções melhor descreve uma prática recomendada para um gerente de RH implementar um sistema de gestão por competências em uma empresa de consultoria?

- a) Desenvolver um conjunto único de competências que todos os funcionários, independentemente de suas funções específicas, devem possuir para garantir um padrão uniforme de desempenho em toda a empresa.
- b) Identificar e mapear as competências essenciais para diferentes funções dentro da empresa, usando essas informações para orientar processos de recrutamento, treinamento e avaliação de desempenho.
- c) Focar exclusivamente no desenvolvimento de competências técnicas, como habilidades analíticas e conhecimento específico do setor, ignorando competências comportamentais como liderança e comunicação.
- d) Implementar um sistema de gestão por competências que avalie os funcionários apenas no momento da contratação, sem revisões ou desenvolvimentos contínuos ao longo de suas carreiras.
- e) Permitir que cada departamento desenvolva independentemente seu próprio conjunto de competências sem alinhamento ou comunicação com outros departamentos ou com a estratégia geral da empresa.

**94.** Uma cidade implementou uma nova política pública de transporte com o objetivo de reduzir o congestionamento no centro urbano. A política inclui o aumento da frequência dos transportes públicos, a implementação de faixas exclusivas para ônibus e a restrição de estacionamento em áreas chave. Após um ano, avaliações foram realizadas para determinar o sucesso da política.

Com base nos seguintes resultados, qual foi o desempenho da política em termos de eficiência, eficácia e efetividade?

*Resultados Observados:*

*Redução de 30% no congestionamento nas horas de pico.*

*Aumento de 40% na utilização do transporte público.*

*Custo de implementação 20% acima do orçamento inicialmente previsto.*

Opções:

- a) A política foi eficaz e efetiva, mas não eficiente, pois superou o orçamento previsto, indicando um uso de recursos maior que o planejado.
- b) A política foi eficiente, mas não eficaz, já que o aumento de custos mostra que os recursos não foram utilizados de maneira ótima.
- c) A política foi eficaz e eficiente, mas não efetiva, pois não há indicação de que a redução no congestionamento será sustentável a longo prazo.
- d) A política foi efetiva e eficiente, mas não eficaz, porque, apesar de reduzir o congestionamento, o custo excessivo sugere uma alocação subótima de recursos.
- e) A política foi eficaz, eficiente e efetiva, já que alcançou os resultados desejados, utilizou os recursos de maneira ótima e promoveu mudanças duradouras.

95. Considere que uma agência governamental está planejando revisar sua estratégia de segurança pública em resposta a um aumento nas taxas de criminalidade urbana. A agência decidiu utilizar a análise SWOT para orientar sua estratégia. Qual das seguintes opções melhor representa uma aplicação efetiva e complexa da análise SWOT neste contexto?

- a) Concentrar-se predominantemente nas forças existentes, como recursos tecnológicos avançados, para desenvolver ações imediatas que respondam às oportunidades identificadas pela recente mudança na legislação sobre segurança pública.
- b) Identificar as fraquezas, como a falta de pessoal qualificado, e as oportunidades, como financiamento adicional disponível, para formular um plano que reforce a capacidade da força policial por meio de treinamento e recrutamento.
- c) Analisar as ameaças externas, como o aumento das atividades de gangues, e as forças, como a boa relação da polícia com a comunidade, para adaptar as táticas de patrulhamento e engajamento comunitário.
- d) Usar a análise SWOT para prever e mitigar potenciais ameaças legais decorrentes da implementação de novas tecnologias de vigilância, enquanto explora as oportunidades para parcerias com agências de segurança privadas.
- e) Realizar uma análise SWOT que examine de forma equilibrada como as forças internas podem mitigar as ameaças externas, enquanto explora oportunidades de cooperação interagencial e reconhece as fraquezas na infraestrutura de dados existente.

### ANÁLISE DE DADOS (ESTATÍSTICA)

*Carlos Henrique*

X	Número de observações na amostra
1	10
2	20
3	40
4	120
5	10
<b>TOTAL</b>	<b>200</b>

96. A tabela apresentada mostra as frequências absolutas das observações de uma variável X em uma amostra de tamanho igual a 200. Nesse caso, se  $M_0$  representa a moda da amostra,  $M_D$ , a mediana amostral e  $M_E$ , a média aritmética, então o produto  $M_0 \times M_D \times M_E$  será igual a:

- a) 80
- b) 27
- c) 56
- d) 60
- e) 64

97. Uma população em uma certa região se encontra dividida em três estratos, com tamanhos,  $N_1 = 128$ ,  $N_2 = 192$  e  $N_3 = 96$ . Ao se realizar uma amostragem estratificada proporcional, 16 elementos da amostra foram retirados do primeiro estrato. Indique qual o número total de elementos da amostra.

- a) 36
- b) 48
- c) 52
- d) 64
- e) 72



**98.** O valor de  $\alpha$ , em milhões de reais, é igual a:

- a) 16
- b) 18
- c) 20
- d) 24
- e) 30

**99.** A previsão do faturamento em um determinado ano, uma vez que a empresa investiu em pesquisa, nesse ano, 4 milhões de reais, é igual a:

- a) 30 milhões
- b) 32 milhões
- c) 35 milhões
- d) 36 milhões
- e) 39 milhões

**100.** Numa amostra de 30 pares de observações do tipo  $(x_i, y_i)$ , com  $i = 1, 2, \dots, 30$ , a covariância obtida entre as variáveis  $X$  e  $Y$  foi  $-2$ . Os dados foram transformados linearmente da forma  $(z_i, w_i) = (-3x_i + 1, 2y_i + 3)$ , para  $i = 1, 2, \dots, 30$ .

Qual o valor da covariância entre as variáveis  $Z$  e  $W$  transformadas?

- a) 41
  - b) 36
  - c)  $-7$
  - d) 12
  - e) 17
-



**Discursiva 01**

Em contratação de obra pública, o contratado comprometeu-se a cumprir o cronograma físico-financeiro de 24 (vinte e quatro) meses de execução da obra, de acordo com as regras pré-estabelecidas no Edital. O contrato vigeria por 30 (trinta) meses.

No curso da execução, observou-se substancial atraso no cronograma físico-financeiro por culpa do contratado, o que causou danos e ocasionou a decisão da Administração Pública de extinção contratual por inadimplemento, de forma unilateral.

De acordo com a Lei nº 14.133/2021, responda:

- a) em qual(is) hipótese(s) é(são) permitida(s) a extinção unilateral de um contrato administrativo firmado pela Administração Pública, de acordo com o caso concreto relatado na questão?
- b) quais são as consequências jurídicas para a empresa que teve seu contrato extinto?
- c) quais são as providências que a Administração Pública deve adotar, com relação aos prejuízos causados, após a extinção do contrato firmado?
- d) quais são as opções da Administração Pública para dar continuidade à obra, após a extinção do contrato firmado?

Limite: 20 linhas.

**Folha de Resposta**

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

## Discursiva 02

O governo de determinado município solicitou ao respectivo tribunal de contas estadual (TCE) orientação sobre como proceder caso o limite prudencial estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para a despesa com pessoal no Poder Executivo municipal seja alcançado. Mais especificamente, o gestor quer saber se é possível:

- a) prover cargos de professor municipal com candidatos aprovados no último concurso público, cuja homologação é iminente;
- b) conceder reajuste a duas categorias de servidores municipais, com as quais a negociação está próxima de ser concluída.

Com referência à situação hipotética acima, responda, justificadamente, aos questionamentos apresentados nos seguintes tópicos.

- a. Discorra sobre o limite prudencial previsto na LRF para a despesa com pessoal do Poder Executivo municipal, explicando seu objetivo e indicando a porcentagem de receita corrente líquida do município que corresponde a esse limite.
- b. É permitido o provimento dos cargos de professor municipal, uma vez alcançado o limite prudencial?
- c. É cabível conceder reajuste salarial a servidores depois de alcançado o limite prudencial?

Limite: 20 linhas.



**Folha de Resposta**

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

## O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.  
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

## NÃO É ASSINANTE?

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!*

<http://estrategi.ac/assinaturas>

## CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

*Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!*

<http://estrategi.ac/ok1zt0>

---